



MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 01/2019 - Junho/2019

Índice

04	Novo Boletim Informativo - CAOPAM
05	Notícias do MPBA – Operação Xavier: secretário municipal de Ilhéus e empresários são presos
05	Notícias do MPBA - Nota De Esclarecimento Sobre Operação Xavier
05	Notícias do MPBA - Operação desarticula organização criminosa que atuava na Câmara de Vereadores de Ilhéus
06	Notícias do MPBA - MP aciona ex-diretora administrativa do Hospital Regional de <u>Eunápolis</u> por improbidade administrativa
06	Notícias do MPBA - Ex-prefeito de <u>Amélia Rodrigues</u> é acusado de causar prejuízos de quase R\$ 2 mi aos cofres públicos
06	Notícias do MPBA - MP recomenda a prefeito de <u>Camaçari</u> remoção de vídeo autopromocional das redes sociais
07	Notícias do MPBA - Acordo prevê rescisão de contrato irregular com empresa contábil em <u>Guanambi</u>
07	Notícias do MPBA - MP ajuíza ação contra ex diretor-geral do Hospital Regional de <u>Guanambi</u> por ato de improbidade administrativa
08	Notícias do MPBA - Justiça proíbe ex-prefeito de <u>Santaluz</u> de adentrar prédios públicos municipais

Índice

08	Notícias do MPBA - MP se reúne com Prefeitura de <u>Ilhéus</u> para fortalecer órgãos de controle
08	Notícias do MPBA - Remuneração para presidente da Câmara Municipal de <u>Barreiras</u> por cargo de fiscal deve ser suspensa, recomenda MP
09	Notícias do MPBA - Técnicas de combate a fraudes em licitações é tema de oficina no MP
10	Notícias do STF -
11	Notícias do STJ
12	Biblioteca Virtual - Consultas
13	Biblioteca Virtual – Modelos de Peças e Roteiros
14	Expediente

Novo Boletim Informativo – CAOPAM

Prezados colegas,

Apresento a primeira edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2019. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Luciano Taques Ghignone
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



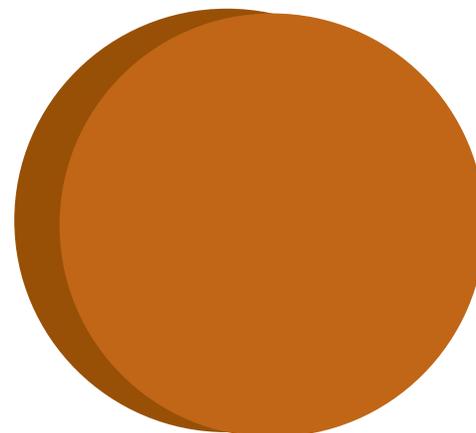
Notícias do MPBA

Operação Xavier: secretário municipal de Ilhéus e empresários são presos

Três pessoas foram presas hoje, dia 15, como resultado da Operação Xavier, que foi deflagrada no início da manhã nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Coaraci pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Quatro suspeitos se encontram foragidos.

Foram presos o atual secretário municipal de

[Continue lendo](#)



Nota De Esclarecimento Sobre Operação Xavier

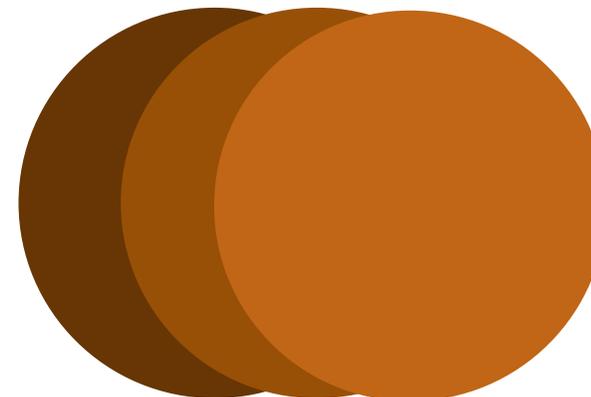
O Ministério Público do Estado da Bahia, em razão de informações sobre a “Operação Xavier” divulgadas recentemente para a imprensa, vem a público ratificar a ausência de qualquer violação a garantias constitucionais de investigados ou prerrogativas da advocacia no curso da referida operação.

O Parquet esclarece que todas as técnicas de investigação utilizadas na operação foram autorizadas judicialmente e que as interceptações

[Continue lendo](#)

Operação desarticula organização criminosa que atuava na Câmara de Vereadores de Ilhéus

Uma operação para reprimir crimes contra a administração pública, fraudes em licitações e contratos e lavagem de dinheiro, praticados entre os anos de 2011 e 2018 no âmbito da Câmara de Vereadores de Ilhéus, foi deflagrada na manhã de hoje, dia 15, pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Estão sendo cumpridos sete mandados de prisão e dez de busca e apreensão, expedidos [Continue lendo](#)



Notícias do MPBA

MP aciona ex-diretora administrativa do Hospital Regional de Eunápolis por improbidade administrativa

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Dinalmari Mendonça Messias, ajuizou ação civil pública contra a ex-diretora administrativa do Hospital Regional de Eunápolis, Caline Rodrigues da Silva Bittar, por ter realizado uma cirurgia no hospital sem passar pela fila de regulação do SUS. O MP acionou também o médico cirurgião Marley Soares de Souza, que realizou a cirurgia de lipoaspiração em Caline Rodrigues. [Continue lendo](#)

Ex-prefeito de Amélia Rodrigues é acusado de causar prejuízos de quase R\$ 2 mi aos cofres públicos

O ex-prefeito de Amélia Rodrigues, Antônio Carlos Paim Cardoso, foi acusado pelo Ministério Público estadual de praticar ato de improbidade administrativa com prejuízos aos cofres municipais e enriquecimento ilícito. Segundo ação civil pública ajuizada ontem, dia 9, pelo promotor de Justiça Marcel Bittencourt, o ex-gestor municipal determinou despesas não autorizadas por lei e utilizou recursos públicos em “proveito próprio ou alheio”. [Continue lendo](#)

MP recomenda a prefeito de Camaçari remoção de vídeo autopromocional das redes sociais

O Ministério Público estadual recomendou ao prefeito de Camaçari, Antônio Elinaldo Araújo da Silva, e à secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania (Sedes), Andrea Montenegro, a remoção, em dez dias, de vídeo publicado na página oficial das redes sociais da Secretaria no qual é realizada propaganda autopromocional do prefeito. Foi recomendada também a remoção de qualquer meio de publicidade de conteúdos – fotos, nomes, vídeos, símbolos, imagens ou músicas – que configurem promoção pessoal do chefe do executivo ou de qualquer outro agente público. [Continue lendo](#)



Notícias do MPBA

Acordo prevê rescisão de contrato irregular com empresa contábil em Guanambi

O Ministério Público estadual e o Município de Guanambi firmaram ontem, dia 9, acordo que prevê a rescisão, até o próximo dia 30 de setembro, de contratos realizados pela Prefeitura com a empresa Organização de Processamentos Informatizados (Orpam) para prestação de serviços de contabilidade. Segundo a promotora de Justiça Tatyane Miranda Castro, a contratação foi realizada mediante indevida inexigibilidade de licitação. A Orpam foi contratada em 2017, com prorrogação contratual em 2018 e 2019, por um valor total superior a R\$ 800 mil.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) prevê também, no mesmo prazo, a contratação do serviço de assessoria contábil por meio de processo licitatório. A promotora Tatyane Castro afirma que, de acordo com informações do Conselho de Contabilidade do Estado da Bahia, há 22 empresas no ramo com sede em Guanambi [Continue lendo](#)

MP ajuíza ação contra ex diretor-geral do Hospital Regional de Guanambi por ato de improbidade administrativa

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires de Mansine Castro, ajuizou ação civil pública contra o ex diretor-geral do Hospital Regional de Guanambi (HRG), Ariovaldo Vieira Boa Sorte, em razão da prática de improbidade administrativa. Durante a execução do contrato nº 022/2011 firmado entre o laboratório Biolac e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), Ariovaldo não realizou a devida fiscalização do contrato, o que contribuiu para a Biolac cometer uma série de irregularidades como o descumprimento de exigências contratuais relativas à adequação física e gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, capacitação e contratação de recursos humanos. O MP acionou ainda a Biolac Laboratório de Análises Clínicas e Biológicas, e seus sócios Vanilson Marques Flores e Carmem Conceição Fernandes Santos Bonfim. [Continue lendo](#)



Notícias do MPBA

Justiça proíbe ex-prefeito de Santaluz de adentrar prédios públicos municipais

O ex-prefeito e ex-secretário municipal de Administração de Santaluz, Joselito Carneiro Júnior, foi proibido pela Justiça de adentrar os prédios da administração municipal. A decisão é do desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia Mário Augusto Albiani Júnior, publicada no último dia 28. O descumprimento da ordem judicial acarreta multa diária de R\$ 10 mil.

A determinação atende a pedido do Ministério Público estadual, feito em recurso impetrado pela promotora de Justiça Letícia Baird, contra a decisão do juízo de primeira instância que negou a solicitação de proibição. Joselito Júnior foi acusado pelo MP de nepotismo, em ação civil pública por improbidade administrativa. Ele é marido da atual prefeita da cidade, Quitéria Carneiro de Araújo, também ré da ação. [Continue lendo](#)

MP se reúne com Prefeitura de Ilhéus para fortalecer órgãos de controle

Os promotores de Justiça Frank Ferari e Mayanna Ribeiro Floriano participaram ontem, 16, na Prefeitura de Ilhéus, de uma reunião para o estabelecimento de metas para o fortalecimento dos órgãos de controle interno. Estiveram presentes no encontro o prefeito municipal, Mário Alexandre Correa de Sousa, o procurador-geral e o controlador-geral de Ilhéus, além de assessores da gestão municipal. A reunião ocorreu no âmbito das ações decorrentes dos procedimentos administrativos instaurados no MP [Continue lendo](#)



Remuneração para presidente da Câmara Municipal de Barreiras por cargo de fiscal deve ser suspensa, recomenda MP

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça André Luis Silva Fetal, recomendou ao Município de Barreiras que suspenda imediatamente o pagamento referente ao cargo de fiscal de tributos recebido pelo presidente da Câmara de Vereadores, Eurico Queiroz Filho. Segundo o promotor de Justiça, a Instrução Normativa nº 02/2015, editada pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-Ba), afirma que são incompatíveis os cargos públicos remunerados de vereador presidente da Câmara Municipal e servidor público, “levando em consideração a envergadura do cargo de chefe do Poder Legislativo, de índole política e também administrativa”.

O MP recomendou ainda ao Município que instaure o devido processo administrativo disciplinar contra o servidor Eurico Queiroz Filho, para apuração dos fatos. Além disso, encaminhe ao MP cópia integral, em via eletrônica, do processo administrativo disciplinar. [Continue lendo](#)

Técnicas de combate a fraudes em licitações é tema de oficina no MP

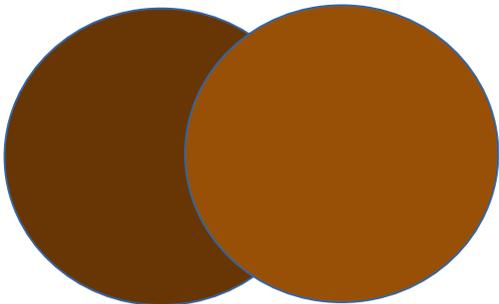
Um curso prático, voltado para o ensino de técnica e modos de investigar melhor fraudes em licitações, foi ministrado hoje, dia 13, para os promotores de Justiça com atuação na área de moralidade administrativa do Ministério Público estadual. Organizado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), a 'Oficina Prática de Combate a Fraudes em Licitações' expôs o funcionamento de estruturas de desvio de recursos públicos através de contratos e licitações feitos de forma fraudulenta ou corrupta. De acordo com o coordenador do Caopam, promotor de Justiça Luciano Taques Ghignone, pesquisas do Conselho Nacional do Ministério Público revelam que a sociedade considera necessário reforçar a atuação do MP no combate à corrupção. "Quando nós elegemos isso como um tema de oficina, estamos buscando dar essa resposta à sociedade e qualificar melhor a atuação do MP nesses temas", afirmou o promotor.

Responsável pela Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI), o promotor de Justiça Rodrigo Cavalcanti falou das ferramentas de investigação de fraudes em licitação disponibilizadas pela CSI para os membros do MP. "A Coordenadoria tem se empenhado em prestar apoio operacional qualificado às atividades finalísticas de investigação do MP, por meio do desenvolvimento de ferramentas que ampliam o leque de informações acessíveis aos promotores e procuradores para apuração ou instrução processual", afirmou. [Continue lendo](#)



Fotos: Rodrigo Tagliaro (Rodtag)

Notícias do STF



Súmula Vinculante 13 e nomeação de parente para cargo político

A Primeira Turma iniciou julgamento de agravo regimental em reclamação em que se alega afronta ao Enunciado 13 da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) (1), em virtude de prefeito ter nomeado seu filho para o cargo de secretário executivo do seu gabinete.

O ministro Roberto Barroso (relator) desproveu o recurso. Considerou precedentes, inclusive do Plenário, que ressalvam da proibição constante do referido enunciado a nomeação para cargos políticos, como o de secretário de Estado e o de ministro de Estado. [Continue lendo](#)

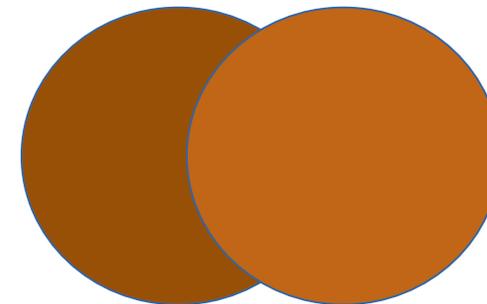
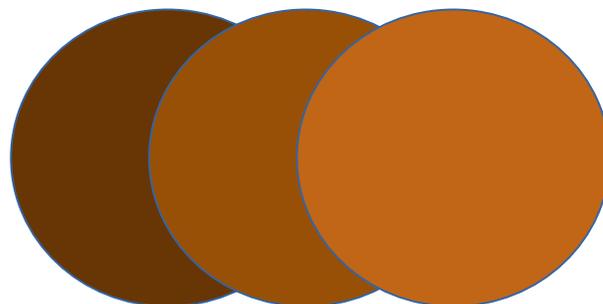
Informativo STF - Brasília, 20 a 24 de maio de 2019 - Nº 941.

Aplicação indevida de verbas públicas por prefeito: transferência para conta centralizada municipal e ausência de proveito próprio

A Primeira Turma, por maioria, julgou procedente ação penal instaurada contra deputado federal para condená-lo às penas cominadas no inciso III do art. 1º do Decreto-Lei (DL) 201/1967 (1).

O parlamentar, no exercício do mandato de prefeito, aplicou indevidamente verbas públicas federais oriundas do Fundo Nacional de Saúde (FNS) destinadas ao programa nacional de combate a doença epidêmica para o pagamento de débitos da Secretaria Municipal de Saúde com o instituto municipal de previdência. [Continue lendo](#)

Informativo STF - Brasília, 10 a 14 de junho de 2019 - Nº 944.



Foro por prerrogativa de função e delitos praticados em mandato anterior

A Primeira Turma, por maioria, deu provimento a agravo regimental interposto em face de decisão monocrática que, ao negar seguimento a recurso extraordinário, manteve o foro por prerrogativa de função de prefeito denunciado por delitos cometidos em mandato anterior.

A Turma determinou a remessa dos autos à primeira instância, mantida a validade de todos os atos praticados por tribunal de justiça responsável pelo recebimento de denúncia contra prefeito que supostamente havia praticado os fatos imputados em mandato anterior e, após o interregno de 4 anos, foi eleito para um novo mandato de prefeito. Considerou não se tratar, portanto, de reeleição. [Continue lendo](#)

Informativo STF - Brasília, 13 a 17 de maio 2019 - Nº 940.

Súmula nº 633

A Lei n. 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria. Primeira Seção, julgado em 12/06/2019, DJe 17/06/2019. [Leia Mais](#)

Informativo n. 0649 - Publicação: 21 de junho de 2019

A acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/1988, não se sujeita ao limite de 60 horas semanais.

A Primeira Seção desta Corte Superior vinha reconhecendo a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 (sessenta) horas semanais. Estabeleceu-se que, apesar de a Constituição Federal permitir o exercício de atividades compatíveis em questão de horário, deve o servidor gozar de boas condições físicas e mentais [Leia Mais](#)

Informativo n. 0646 - Publicação: 10 de maio de 2019.
REsp 1.767.955-RJ, Rel. Min. Og Fernandes, por unanimidade, julgado em 27/03/2019, DJe 03/04/2019

Súmula nº 634

Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público. Primeira Seção, julgado em 12/06/2019, DJe 17/06/2019. [Leia mais](#)

Informativo n. 0649 Publicação: 21 de junho de 2019.

O STJ é incompetente para examinar o recebimento de denúncia por crime supostamente praticado durante mandato anterior de governador, ainda que atualmente ocupe referido cargo por força de nova eleição

A Corte Especial, no julgamento do AgRg na Apn 866/DF e da Questão de Ordem na Apn 857/DF, conferiu nova e restritiva interpretação ao art. 105, I, a, da CF/1988, delimitando a competência penal originária desta Corte exclusivamente ao julgamento dos crimes atribuídos aos governadores e aos conselheiros de tribunais de contas que tenham sido cometidos durante o exercício do cargo e relacionados ao desempenho de referidas funções públicas. [Leia Mais](#)

Informativo n. 0649 Publicação: 21 de junho de 2019.
QO na APn 874-DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, Corte Especial, por maioria, julgado em 15/05/2019, DJe 03/06/2019

- Consulta n. 23/2019 - *Orientação jurídica acerca da obrigatoriedade de identificação dos veículos automotores que são utilizados pelo Poder Legislativo Municipal* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 24/2019 - *Orientação jurídica acerca da possibilidade do ente municipal conceder isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público ainda que inexistente previsão legal* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 25/2019 - *Orientação acerca de suposto número excessivo de ocupantes de cargos em comissão na Câmara Municipal de Mata de São João* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 26/2019 - *Orientação jurídica referente ao entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca da possibilidade de se considerar que ocupantes de cargos de chefia, direção e assessoramento no âmbito do Poder Legislativo municipal possam ser considerados agentes políticos, em analogia ao Secretários Municipais* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 27/2019 - *Orientação jurídica acerca da possibilidade de firmar termo de ajustamento de conduta com o Município de Remanso, tendo por objetos a reversão de bem público doado a particular por existir desvio de finalidade e a promoção de indenização, pelo ente municipal, a terceiros eventualmente lesados* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 29/2019 - *Orientação jurídica acerca da eventual caracterização de atos ilícitos passíveis de responsabilização pelo Ministério Público, relativos às contas do Município de Itamari no ano de 2008* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 31/2019 - *Orientação jurídica sobre acúmulo ilegal de cargos públicos por pessoa nomeada para concomitante exercício de cargos comissionados nos Municípios de Jaguaripe, Muniz Ferreira e Xique-Xique* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 33/2019 - *Orientação jurídica referente à contratação temporária, pelo Município de Nazaré, de servidores para o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), em desconformidade com o artigo 37, inciso XI da Constituição Federal* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 34/2019 - *Orientação técnica quanto à existência de irregularidades na contratação da COOFSAUDE pelo Município de Gandu, através do pregão presencial nº 023/2014* - [Texto Integral](#)
- Consulta n. 35/2019 - *Orientação técnico-jurídica sobre a existência de possíveis irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida* - [Texto Integral](#)



Biblioteca Virtual

Modelos de Peças e Roteiros

- **Cota Ministerial – Denúncia 01 (Biênio 2015/2016) – Operação Xavier – 8ªPJ de Ilhéus e GAECO** - [Texto Integral](#)
- **Cota Ministerial – Denúncia 01 (Biênio 2017/2018) – Operação Xavier – 8ªPJ de Ilhéus e GAECO** - [Texto Integral](#)
- **Denúncia 01 (Biênio 2015/2016) - Operação Xavier – 8ªPJ de Ilhéus e GAECO** - [Texto Integral](#)
- **Denúncia 01 (Biênio 2017/2018) - Operação Xavier - 8ªPJ de Ilhéus e GAECO** - [Texto Integral](#)
- **Pedidos de Prisão e Outras Cautelares – Operação Xavier – 8ªPJ de Ilhéus e GAECO** - [Texto Integral](#)
- **Roteiro de Atuação Funcional – Combate às Contratações Irregulares** - [Leia mais](#)



Expediente

Procuradora-Geral de Justiça
Ediene Santos Lousado

CAOPAM - Coordenador
Luciano Taques Ghignone

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativas
Evanilda da Silva Santos
Jocélia dos Santos Silva
Juliana Fernandes Prado
Juliana Gouvea Dumas

CAOPAM - Analistas Técnico-Jurídicas
Priscila Rodrigues Raposo
Renata Sueli Leite Araújo Barreto

CAOPAM - Estagiários
Douglas Saldanha Rocha Sousa
Lucas de Souza Santos
Rafaela da Silva Sousa

✉ caopam@mpba.mp.br
☎ 71 3103-6400
☎ 71 3103-6699



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À
MORALIDADE - CAOPAM
Endereço



Edições Anteriores
Clique aqui